

Sumário executivo

O relatório *Perspetivas Económicas em África (PEA)* 2017 demonstra que o desempenho do continente em 2016 foi irregular no que diz respeito a indicadores económicos, sociais e de governação, embora as perspetivas para 2017 e 2018 sejam favoráveis. Esta edição do PEA analisa ao pormenor a forma como os empresários africanos podem acelerar a industrialização do continente com vista a mudar o curso do desenvolvimento, debatendo também as políticas necessárias para promover um crescimento mais sustentável e inclusivo.

África continuou a ser passar por turbulências regional e global em 2016, o que originou um maior abrandamento do desempenho em termos de crescimento. Não obstante, a perspetiva de médio prazo é positiva. O decréscimo do crescimento económico registado em 2016 pode ser atribuído a vários fatores: os baixos preços das matérias-primas, um fraco desempenho da economia mundial, uma desaceleração gradual do crescimento da China e os efeitos secundários da Primavera Árabe, agravados pelo conflito prolongado na Líbia. Enquanto os países exportadores líquidos de matérias-primas enfrentaram um ano difícil, a maioria dos países africanos não exportadores destes recursos continuaram a crescer e a consolidar os ganhos dos anos anteriores. As políticas orçamentais, monetárias e cambiais variaram em todo o continente. Os países com políticas coordenadas revelaram maior resistência aos choques.

Em 2017 e 2018, África beneficiará da subida do preço das matérias-primas, iniciada já no fim de 2016, de um aumento do consumo privado nomeadamente nos mercados internos, de uma sólida gestão macroeconómica já enraizada em muitos países, de um clima de negócios, em geral, melhor e mais favorável, e de uma estrutura económica mais diversificada, particularmente no setor dos serviços e da indústria transformadora ligeira. Embora os défices das contas correntes devam persistir em 2017, serão menores do que em 2016, se se mantiver a tendência de subida dos preços das matérias-primas. No final de 2016, o índice de preços das matérias-primas situou-se mais de 25% acima do registado no mesmo período de 2015. Os países com mais reservas e políticas mais previsíveis deverão, assim, ser capazes de enfrentar os choques decorrentes de desequilíbrios externos com efeito desestabilizador.

Em 2017, os fluxos externos totais deverão atingir 179.7 mil milhões de USD, em comparação com os 177.7 mil milhões de USD registados em 2016. O investimento direto estrangeiro (IDE) e as remessas continuam a ser as fontes mais importantes do financiamento externo em África. Prevê-se que o IDE se situe nos 57.5 mil milhões de USD, graças aos fluxos provenientes do Extremo Oriente e Médio Oriente. Os investimentos estão a diversificar-se, abrangendo mais bens de consumo e serviços, tais como serviços financeiros, de informação e telecomunicações. As remessas deverão subir em 2017, atingindo 66.2 mil milhões de USD, 2.4% acima do registado no ano anterior. Embora o aumento da quantidade e qualidade da ajuda ao desenvolvimento continue a ser fundamental nas economias frágeis e de rendimento baixo, os fluxos privados desempenharão um papel cada vez mais importante na mobilização de recursos financeiros e na promoção do desenvolvimento local e do empreendedorismo. Apesar dos esforços significativos para aumentar as receitas fiscais, estas continuarão aquém das necessidades de financiamento do continente africano.

África registou progressos na integração comercial e regional, mas o volume do comércio intra-africano continua a ser baixo. Ao longo das últimas duas décadas, o volume de comércio entre o continente africano e o resto do mundo quadruplicou. Atualmente, os parceiros comerciais do continente são também mais diversificados em termos geográficos e a cooperação regional está a ganhar força. Isto deve-se ao facto de os países africanos terem adotado políticas mais abertas, terem investido em infraestruturas e continuado

a prosseguir a integração regional. Estas realizações facilitam os negócios, uma vez que reduzem o custo e tempo necessários para transportar bens e serviços dentro dos países e entre países, para além de aumentarem a atratividade do continente enquanto parceiro do comércio global. No futuro, África deve, primeiramente, diversificar as suas exportações, com vista a reduzir a exposição aos choques nos preços das matérias-primas. Em segundo lugar, deve aproveitar melhor a capacidade do comércio intra-africano. Por último, os governos devem centrar-se em fazer avançar as iniciativas de integração regional.

Dezoito países africanos atingiram um grau de desenvolvimento humano médio a elevado e a proporção de pessoas em situação de pobreza está a diminuir. No entanto, os avanços em termos de desenvolvimento humano são lentos e desiguais. A criação de emprego e o empreendedorismo podem contribuir para a redução da pobreza. Para isso, os governos devem enfrentar as barreiras ao empreendedorismo, como a informalidade, a fragilidade e as limitadas oportunidades empresariais para jovens e mulheres. África poderá responder da melhor forma aos compromissos assumidos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063 através de uma aposta na melhoria da educação, das competências e da saúde, de um maior envolvimento dos jovens e das mulheres, bem como na promoção do uso sustentável dos recursos ambientais.

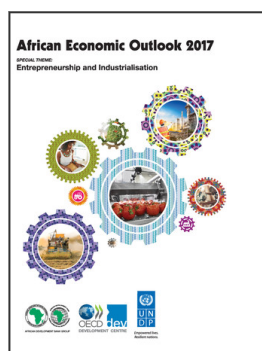
Relativamente à governação política e económica em África, os dados mais recentes mostram melhorias, mas também que ainda existem desafios a serem superados. Os governos estão a utilizar os recursos públicos de forma mais eficiente e a prestar mais serviços sociais, devido a reformas de regulamentação e a inovações digitais. Estão a trabalhar, igualmente, na melhoria do clima de negócios para mobilizar o investimento do setor privado. No entanto, as expectativas de muitos africanos em relação a oportunidades económicas continuam a ser maiores do que as que conseguem materializar. Para apoiar as empresas e promover a inovação, é necessário que os governos aumentem o acesso à eletricidade e ao financiamento, bem como melhorem as políticas de concorrência. Além disso, o compromisso com a transparência e prestação de contas no seio das principais instituições responsáveis pela definição de políticas continua a estar aquém das expectativas dos cidadãos. O mesmo se verifica em relação ao desempenho das administrações públicas.

A promoção da industrialização está novamente presente, com renovado ímpeto e vigor, na agenda de política económica em África. A industrialização na África do século XXI exige estratégias inovadoras que abarquem todo o potencial dos seus 54 países. Em primeiro lugar, as estratégias inovadoras de industrialização devem ir para além das abordagens setoriais que se centram apenas na indústria transformadora. A industrialização do continente passa pela promoção de todos os setores económicos com potencial de elevado crescimento e de criação de emprego. Em segundo lugar, as estratégias devem incluir os empresários com elevado potencial. As start-ups e as pequenas e médias empresas com grande potencial podem complementar o crescimento das grandes empresas na realização da industrialização em África. Por último, as políticas devem promover a “industrialização verde”, com menores custos ambientais. É necessário que as políticas industriais adaptem as lições aprendidas por países que já desenvolveram uma forte base industrial à especificidade do contexto africano. Uma aprendizagem mútua inovadora é essencial para a nova vaga de industrialização em África.

De que forma podem os governos africanos elaborar e implementar estratégias de industrialização eficazes? Cerca de metade dos países africanos possui estratégias para o desenvolvimento industrial que visam a criação de indústrias de mão-de-obra intensiva para impulsionar o emprego. No entanto, frequentemente, estes planos não abordam as necessidades das empresas com grande potencial de crescimento. Além disso, verifica-se uma fraca capacidade de implementação das políticas, resultando, muitas vezes,

em mandatos contraditórios de diferentes entidades governamentais. Os governos devem conceber estratégias para eliminação das restrições incontornáveis que limitam empresários com elevado potencial. A implementação de estratégias sobre produtividade requiere um empenho total, uma liderança política forte e com visão, uma coordenação governamental eficiente e uma participação ativa do setor privado. O envolvimento dos governos locais pode contribuir para adaptar as políticas industriais às necessidades das empresas. Por fim, a avaliação de políticas e de seus impactos é essencial para assegurar o sucesso das políticas industriais.

O último capítulo do relatório aborda três áreas setoriais particularmente importantes para diminuir as dificuldades com que a maioria dos empresários em África se vê confrontada. Primeiro, o reforço das competências exige políticas públicas que deem prioridade à educação formal, aos programas de aprendizagem, à formação profissional e capacidades de gestão, de forma a esponder às necessidades de mercado. Segundo, as políticas que apoiam clusters empresariais podem contribuir para aumentar a produtividade e o crescimento das empresas, incluindo as mais pequenas. Terceiro, as políticas relativas ao mercado financeiro podem melhorar o acesso das empresas a fontes de financiamento inovadoras e personalizadas.



From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Sumário executivo”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-3-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.